



3915 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

Gestão democrática e o trato com a diversidade na escola pública
Paulo Antônio dos Santos Júnior - UNEB - Universidade do Estado da Bahia
Maria Jucilene Lima Ferreira - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

O estudo relaciona a organização do trabalho pedagógico, gestão democrática e o trato com a diversidade na escola pública. Ancorado nos pressupostos da pesquisa-ação, o objetivo geral consiste em identificar as possibilidades concretas de trato com a diversidade a partir da mediação da gestão democrática e da problematização da organização do trabalho pedagógico, no bojo da formulação das políticas públicas.

Palavras-chave: Organização do trabalho pedagógico. Gestão democrática. Diversidade.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E O TRATO COM A DIVERSIDADE NA ESCOLA PÚBLICA

1 INTRODUÇÃO

A democratização da educação e a questão da diversidade ganharam espaço na legislação brasileira a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988. No entanto, o acolhimento legal dessas pautas representou a culminância de uma grande mobilização nacional cuja pauta reivindicatória aglutinou diversos seguimentos da sociedade civil organizada e movimentos sociais.

Dentre estes, destacamos o movimento dos professores através das Conferências Brasileiras de Educação que, em sua 4ª edição realizada na cidade de Goiânia em 1986, aprovou um conjunto de 21 princípios a ser incorporados pela nova Carta Constitucional com o objetivo de atacar problemas históricos, tais como: Centralização de poder nas instituições educacionais públicas e a exclusão das pessoas com deficiência bem como de jovens e adultos da escola. Para além disso, foi aprovado, no mesmo evento, um manifesto de apoio à luta organizada dos trabalhadores e a defesa da escola no combate ao racismo com as propostas de inclusão do estudo de história da África no currículo e a transformação do dia 20 de novembro no "Dia Nacional da Consciência Negra". Esse documento ficou conhecido como "Carta de Goiânia" (BRZEZINSKI, 2013).

Outrossim, a temática da democratização da gestão da educação, com vistas à transformação social (PARO, 2000; 2012) tem sido objeto de análises e reflexões, uma vez que, a qualidade socialmente referendada da Educação perpassa, indubitavelmente, pelos seus mecanismos de gestão que podem levar ao controle social dos serviços ofertados pelo poder público. Não obstante

(...) impõe-se a necessidade de se instalarem mecanismos institucionais visando à participação política de grupos e pessoas envolvidos com as atividades escolares – processos eletivos de escolha dos dirigentes, colegiados com a participação de alunos, pais e pessoal escolar, associações de pais e professores, grêmio estudantil, processos coletivos de avaliação continuada dos serviços escolares etc. – tudo isso articulado por uma estrutura que, em termos administrativos, propicie uma efetiva utilização racional dos recursos disponíveis na concretização dos fins educativos (...) deixando-se perpassar pela sociedade civil em sua função de controle democrático do Estado. (PARO, 2000, p. 104-105)

Nessa perspectiva, faz-se mister, portanto, a construção de plataformas democráticas no âmbito escolar que atuem de forma autônoma e que promovam a articulação entre a equipe gestora e os demais segmentos da comunidade escolar de modo a atender os objetivos concernentes ao processo de formação humano-genérico, sobretudo no que diz respeito ao trato com a diversidade.

Desse modo, vale ressaltar que o processo de eleição de dirigentes escolares, não esgota o processo democrático, embora seja um aspecto importante, na medida em que possibilita a desconstrução de práticas autoritárias e clientelistas que geralmente trazem efeitos nefastos para a organização do trabalho pedagógico. Todavia, é fundamental que o gestor eleito também desenvolva no cotidiano escolar a construção de plataformas democráticas.

1.1 Parâmetros teórico-metodológicos

Considerando o trato com a diversidade na escola pública a partir do paradigma da gestão democrática o objeto de estudo, partimos do pressuposto que o método científico tem que dar conta de realizar a sua apreensão radical para além da aparência que representamos em nossas consciências de forma imediata. Nesse sentido, o nosso objeto de estudo não se encontra isolado, uma vez que o mesmo está ligado a elementos mais gerais de uma realidade complexa e contraditória, síntese de múltiplas determinações (MARX, 2011; MARX,

2013).

Nessa perspectiva, pela natureza de nossa proposta de trabalho, lançaremos mão da pesquisa-ação enquanto método de trabalho. Assim, segundo Tripp (2005, p.447), "(...) a pesquisa-ação é uma forma de investigação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática[...]". Dessa forma, tem-se que a pesquisa-ação à luz dessa escolha altera a realidade do objeto da pesquisa e conta com a participação das pessoas que vivenciam o contexto a ser transformado (THIOLLENT, 2011).

2 TAREFAS DA GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA PARA O TRATO COM A DIVERSIDADE

Uma "práxis administrativa escolar" (PARO, 2012) que objetive a compreensão e valorização da diversidade no ambiente escolar com vistas à superação de atitudes preconceituosas e discriminatórias deve se pautar na inteligibilidade da vida material que as produz, a partir das desigualdades. Nesse processo, a radicalização democrática é uma condição necessária para que os diferentes sujeitos e os grupos que compõem a comunidade escolar se reconheçam enquanto sujeitos históricos e afirmem as suas subjetividades.

Nesse sentido, a questão da diversidade ganha espaço na formulação de políticas públicas a partir da criação da Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), no primeiro governo Lula (2003-2006). Não obstante, Moehlecke (2009) chama a atenção para o crescimento quantitativo das iniciativas governamentais para a diversidade, sobretudo a étnico-racial no referido período. Entretanto, se por um lado a criação da SECADI contribuiu para esse avanço articulando-se com a Secretaria de Educação Superior (SESU), visto que essas duas secretarias concentraram 11 (onze) e 9 (nove) programas/projetos, respectivamente; e com a Secretaria de Educação Especial (SEESP) na transversalização de ações voltadas para a diversidade no âmbito das formulações de políticas públicas; por outro, a Secretaria de Educação Básica (SEB), ficou isolada e desarticulada com apenas 1 (uma) ação voltada para a diversidade.

Portanto, no que tange a relação Educação e Diversidade, constata-se que a maioria das ações voltadas à temática da diversidade, foi concentrada no Ensino Superior, principalmente em aspectos concernentes ao acesso e permanência a este nível de ensino, além da formação continuada de professores. Ainda que concordemos com a autora ao colocar esta última na categoria de programas/projetos no ensino superior, reconhecemos também, o impacto dessa ação, ainda que indiretamente, na educação básica. A concentração das ações voltadas à diversidade no nível superior, certamente provocou repercussões negativas nas formulações de políticas públicas para a Educação Básica que, sendo preterida na maioria das ações governamentais, ficou um tanto à margem da formulação de políticas públicas com essa orientação.

Nesse contexto, a escola enquanto espaço de formação humana não pode se furtar o direito de problematizar a diversidade presente na formação social brasileira e as suas implicações no cotidiano dos distintos contextos brasileiros, haja visto, "o ser-em-si" da própria escola pública, abarcar em seu espaço a diversidade existente na própria sociedade.

Destarte, a pesquisa "Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar" realizada pela Fundação Instituto Pesquisas Econômicas (FIPE, 2009) com 18,5 mil alunos, pais, mães, diretores, professores e funcionários em escolas públicas de todo o Brasil nos apresentou o seguinte diagnóstico: 96,5% admitiram ter preconceito com as pessoas com deficiências, 94,2% tem preconceito étnico-racial, 93,5% tem preconceito de gênero, 87,5% tem preconceito socioeconômico, 87,3% tem preconceito sobre a orientação sexual e por fim 75,95% têm preconceito territorial.

As atitudes preconceituosas apontadas neste estudo não são qualidades inatas dos seres humanos e, portanto, não se trata de uma questão biológica. Não obstante, Leontiev (2004) assevera quando as formulações científicas focalizaram exarcebadamente as características, bem como as dificuldades biológicas inatas aos seres humanos serviram para fundamentar teses "pseudobiológicas" de cunho racista. Destarte, a "hereditariedade", nesse caso, é sócio histórica, como afirma Leontiev (2004):

O homem não está evidente subtraído ao campo de ação das leis biológicas. O que é verdade é que as modificações biológicas hereditárias não determinam o desenvolvimento sócio histórico do homem e da humanidade; este é doravante movido por outras forças que não são as leis da variação e da hereditariedade biológicas (p. 282)

Assim sendo, trataremos a problemática referente ao trato com a diversidade existente na escola na escola pública em termos ontológicos. Nesse sentido, é válido ressaltar que, sendo os preconceitos construções histórico-sociais, as pessoas entrevistadas que assumiram ter algum tipo de preconceito na referida pesquisa, possivelmente não o internalizaram na escola, embora possa tê-lo reforçado no ambiente escolar, ou até mesmo o aprendido em determinadas situações. Nessa perspectiva, acreditamos que Lukács (2010), nos ajuda na compreensão deste processo ao afirmar que

[...] enquanto organismos singulares na natureza orgânica são imediatamente exemplares de seus respectivos gêneros, o gênero humano tornado social se diferencia em unidades menores, aparentemente fechadas em si, de modo que o homem, mesmo atuando, em sua práxis, para além do ser gênero natural-mudo, mesmo obtendo enquanto ser genérico certa consciência dessa determinação do seu ser, é ao mesmo tempo forçado a *aparecer como elo consciente de uma forma parcial menor do seu gênero* A genericidade-não-mais-muda do homem ancora, pois, a sua consciência de si não diretamente no gênero real, total da humanidade – que deveria ter se tornado ser sob forma de sociedade -, mas nessas formas fenomênicas parciais primariamente imediatas. (p. 86-87. Grifo meu)

Esta sentença nos fornece pistas para pensar e refletir acerca da diversidade, enquanto especificidade do gênero humano em sua unidade. Ou seja, a unidade do ponto de vista biológico do gênero humano é tão inquestionável quanto a diversidade apresentada pelo ser social, a partir das suas formas parciais. E nos parece ser razoável conceber que os preconceitos e as atitudes discriminatórias têm a sua base ontológica nessa diferenciação entre os próprios seres humanos (sendo engendrados por mediações diversas, como as relações de poder, por exemplo) e dos processos de separação operados ao nível de suas consciências imediatas que os conduzem ao não reconhecimento dos seus semelhantes. É, pois um processo notadamente social e, portanto, histórico.

Nesse sentido, enquanto construções sociais, historicamente determinadas, os preconceitos são passíveis de desconstruções e a escola, enquanto instituição social, tem potencial para contribuir nesse processo, a partir de uma organização do trabalho pedagógico que

explícite a genericidade humana no currículo, na prática pedagógica, nas relações humanas estabelecidas em seu tempo-espaço, etc. Mas, sobretudo, que reflita sobre as possibilidades de novas formas de gestão dos espaços escolares, tendo como base a práxis escolar concreta, que podem contribuir na construção de “pôres teleológicos” que privilegiem um processo de formação humano-genérico (PARO, 2010)

Destarte, é de suma importância refletir sobre o papel do Gestor Escolar diante da crescente demanda para o trato com as diversidades e respeito às diferenças na contemporaneidade, sobretudo, após a elaboração e sanção do Plano Nacional de Educação que traz em seu arcabouço metas e estratégias em eixo específico para a valorização da diversidade (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, diante das situações que envolvem o trato com a diversidade no âmbito das políticas públicas e do cotidiano escolar, formulamos o seguinte problema: Concebendo a organização do trabalho pedagógico em sua totalidade e do que está posto na realidade, quais são as possibilidades da gestão democrática contribuir para o trato com a diversidade aos níveis do projeto político pedagógico e da sala de aula? Assim, o objetivo geral será identificar as possibilidades concretas de trato com a diversidade a partir da mediação da gestão democrática, com vistas à problematização da organização do trabalho pedagógico, na sua relação com as questões de diversidade, tendo em vista a alteração das perspectivas formativas do projeto político pedagógico e da sala de aula.

Enquanto objetivos específicos elencamos: i) Apontar as concepções de diversidade contidas nos documentos oficiais (PNE, PEE, PME, DIRETRIZES CURRICULARES); ii) Identificar as manifestações das diversidades em uma escola pública na região sisaleira da Bahia; iii) Elencar preconceitos e discriminações apontados pela comunidade escolar, iv) Elaborar procedimentos teórico-metodológicos na perspectiva da gestão democrática a fim de contribuir para o trato com as diversidades, no âmbito do projeto político pedagógico e da sala de aula, na escola investigada.

Partimos da hipótese de que a radicalização democrática na escola de modo a articular a gestão com outras categorias da organização do trabalho pedagógico é fulcral para o trato com a diversidade na escola pública. Assim, embora a pesquisa em foco se encontre em fase inicial, a seguir apresentamos apontamentos teórico-metodológicos que circundam nossas indagações acerca das relações entre organização do trabalho pedagógico, gestão democrática e o trato com a diversidade na escola.

5 CONCLUSÃO

Destacamos o caráter parcial dos dados apresentados, uma vez que, a pesquisa se encontra em andamento e, nesse sentido o leitor deverá considerar algumas limitações teórico-metodológicas, nas abordagens apresentadas. Entretanto, nos estudos até então realizados, constatamos que a maioria das ações voltadas à temática da diversidade, está concentrada no Ensino Superior, principalmente ao acesso e permanência a este nível de ensino, além da formação continuada de professores.

Tal discussão se mostra de suma importância em uma país com as características do Brasil rico em diversidades, tais como: étnico-racial, territorial, religiosa, cultural, gênero e orientação sexual.

REFERÊNCIAS

FREITAS, Luiz Carlos de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. São Paulo: Papirus, 2005.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: para uma ontologia hoje tornada possível. 1. ed. São Paulo: Boitempo; 2010.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica economia política. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

PARO, Vitro Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2000.

_____. **Crítica da estrutura da escola**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Administração escolar**: Introdução crítica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

THIOLLENT, Michel Jean-Marie. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2011.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação**: Uma introdução metodológica. Rev. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 31, n.3, p. 443-446, set-dez, 2005.

